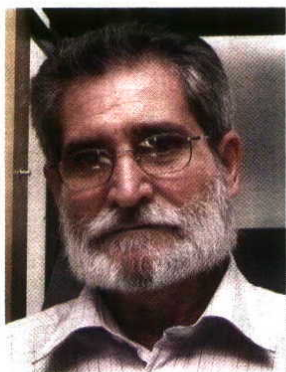


Língua e literatura nos 40 anos das independências africanas

■ A adoção do português como língua oficial das antigas colónias africanas portuguesas no momento do seu acesso à independência, em 1975, jogou-se antes da independência formal. A língua do colonizador foi a língua escolhida para escrever «grande parte dos textos políticos e literários, poéticos, jornalísticos que levaram à consciencialização da situação de subalternização que a colonização impunha». É esse, em substância, o ponto de partida da exploração de Margarida Calafate Ribeiro para que o português, «uma língua de opressão, de colonização», se tenha tornado «uma língua de emancipação» e seja hoje em dia idioma oficial de Angola, Cabo Verde e Moçambique, que declararam a independência há 40 anos, a que se soma a Guiné-Bissau, que proclamara essa independência em 1973 nas matas de Madina do Boé, e Timor-Leste, brevemente independente em 1975, e que está a reintroduzir o português, depois de se libertar em 2002 da anexação indonésia.

Essa transformação do português em língua emancipadora, a partir das independências – que permitiu o seu «grande salto» naqueles países, «até em termos do número de falantes» –, resultou de «uma atitude política inicial de construção da nação» por parte dos dirigentes africanos, afirma a investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, docente nos programas de doutoramento daquele centro e responsável pela Cátedra Camões, I.P./Eduardo Lourenço na Universidade de Bolonha.



Pepetela

Exemplifica com a lendária viagem de Samora Machel, primeiro Presidente de Moçambique independente, «do Rovuma ao Maputo», isto é, desde a Tanzânia à antiga Lourenço Marques, depois do acordo de paz de Lusaca, pontuada nas suas etapas por enormes comícios em que discursou em português. Samora Machel «sabia perfeitamente (...) que ninguém o estava a entender, mas políticamente aquilo era uma afirmação absolutamente necessária para que as micro-nações que compunham Moçambique se constituíssem como Estado-nação moçambicano».

O PAPEL DA ASSIMILAÇÃO

Margarida Calafate Ribeiro sublinha que o caso do português não é «inédito». «Faz parte de todas as línguas

imperiais que circularam em África» – o inglês, o francês e o árabe. «São processos muito semelhantes do ponto de vista daquilo a que se chama a 'apropriação' da língua do colonizador», uma expressão que esta doutorada em Estudos Portugueses pelo King's College, Universidade de Londres, rejeita. «A língua não tem proprietário», «é de quem a fala», diz.

Várias outras razões explicam, segundo a investigadora, que «as línguas de colonização se tornem línguas de emancipação». Em primeiro lugar porque eram a língua da cultura, «a língua em que as pessoas eram escolarizadas – as poucas que eram escolarizadas», depois porque era a língua do processo de assimilação – «e nós sabemos bem que uma parte substancial dessa primeira consciência nativista vem justamente do grupo dos assimilados» – e ainda porque era a língua da «ordem, que é o direito, e da religião institucional, pela qual as pessoas também querem, de alguma forma, serem reconhecidas».

De entre estes fatores, a investigadora do CES sublinha a importância do «mecanismo da assimilação», presente nos colonialismos português e francês, mecanismo esse que considera «extremamente perverso», porque, com ele, «o colonizador acredita que o outro quer ser como nós, e o outro, no seu processo de lenta alienação, quer ser como o colonizador, mas a perversidade é que quem promove a assimilação sabe que o colonizado nunca lá chegará». Nas colónias portuguesas, uma das exigências do estatuto do assimilado, que dava acesso a uma certa

ascensão social, à educação e a um emprego melhor, era precisamente o domínio da língua portuguesa.

É preciso ainda ter em conta, no dizer da investigadora, que, no tempo colonial, «o português é uma língua essencialmente urbana», facto importante em Angola, «cujos movimentos políticos [independentistas] são também eles essencialmente urbanos», por oposição, por exemplo, a Moçambique, em que parte dos movimentos que confluem na FRELIMO é eminentemente rural.

«É uma grande oposição que explica que, em Angola, mesmo no tempo colonial, e com a pobreza escolarização das populações, o português se tenha de facto imposto de uma forma muito mais célere». Luanda, sublinha Margarida Calafate Ribeiro, «é a cidade mais antiga da África Austral, 1575», cidade «no sentido romano do termo, capaz de criar a civitas, a cidadania».

O português desempenhou ainda um papel importante não só nas políticas de assimilação – ao fazer o povoamento e misturar pessoas que falavam línguas diferentes – mas na própria guerra colonial/guerra de libertação, porque nos dois campos «as pessoas tinham de se entender entre si numa língua».



Manuel Rui

A DIFERENÇA CULTURAL

Mas para esta especialista das literaturas africanas de língua portuguesa, no processo que desemboca nos movimentos de libertação, «tudo começa um pouco pela inscrição da diferença cultural [ainda em finais do século XIX, princípios do século XX] que, a prazo, reclama a independência política». «Não é exatamente que não era português, mas que era português diferente, com a introdução de alguns vocábulos e até de línguas locais, para depois se chegar àquele movimento emancipador», afirma.

Dá como exemplo, na literatura angolana, o caso de Luandino Vieira, cujas personagens, habitando os espaços «do outro lado da linha da cidade colonial, têm que falar um português diferenciado». A primeira prova desta literatura foi «mostrar, como Luandino Vieira mostrou, como Chinua Achebe mostrou na Nigéria, que pessoas de pele negra são personagens, podem ser personagens, têm vida para contar. Há um contexto que as identifica. Têm línguas para falar». «A língua portuguesa tinha que ser descolonizada da língua do colonizador para ser representativa dos outros de Luanda, daqueles que se chamavam, nos tempos coloniais, 'os outros de Luanda'», explica Margarida Calafate Ribeiro. «O que é importante de facto nestes projetos é o literário e político. E é nessa não-dijunção que se cria a estética destas literaturas».

«Ora inscrever essa diferença no tecido literário (...) torna de facto a língua portuguesa língua de emancipação», considera Margarida Calafate Ribeiro, que acrescenta: «há um processo funcional das pessoas se entenderem, de produzirem os documentos políticos, mas depois há também um processo que tem a ver com uma certa apropriação estética da língua – 'eu também falo português' –, que passa por muitas coisas,

Exclusão, inclusão e inscrição

■ Uma das questões mais debatidas sobre a língua portuguesa nos países africanos que a têm como idioma oficial é a das exclusões que ela pode criar, seja no ensino seja na administração do Estado, por não ser a língua materna de largos setores populacionais.

Para Margarida Calafate Ribeiro, titular da cátedra «é óbvio» que, sendo a língua «poder e conhecimento», a utilização do português cria «mecanismos de exclusão». Mas a escolha de outra língua nacional também criaria «mecanismos de exclusão muito complexos», nomeadamente em Angola e Moçambique, onde na independência foi feita a opção de escolher o português como língua oficial.

«Valorizar o ronga, o changana [línguas do sul de Moçambique] ou outra língua nacional criaria mecanismos de exclusão muito complexos», porque «implica com um tecido local que corresponde a território, língua e etnia». «É um colete-de-forças muito complexo e ainda hoje vemos isso», diz a investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que refere as polémicas que surgem quanto à etnia dos protagonistas políticos sempre que há eleições.

No entanto, para Margarida Calafate Ribeiro, «se o sistema de ensino e o sistema de desenvolvimento funcionarem serão criados os mecanismos de inclusão e de acesso a um outro mundo».

Aliás, as línguas nacionais não estão excluídas da vida social e cultural. Em Moçambique, refere a investigadora, há estabelecimentos de ensino em que o início da escolarização é feito em duas línguas, o português e outra língua nacional, precisamente para que a progressão escolar seja mais célere. Foram também produzidos manuais de matemática e ciências em línguas nacionais.

A ausência de uma desenvolvida literatura em línguas nacionais explica-se, segundo a investigadora do CES, pelo facto de, quando a ex-colónias portuguesas ascenderam à independência, o debate sobre essa questão «já estar feito do ponto político» (v. texto principal).

Margarida Calafate Ribeiro, que publicou entre várias obras, um livro sobre as literaturas da Guiné-Bissau em português, com Odete Semedo, atual ministra da Educação daquele país, diz que as autoras tiveram consciência de haver «outros universos literários», porque a Guiné-Bissau possui



Luandino Vieira e Alda Espírito Santo

«uma cultura e uma literatura muito oral». Aliás, relativamente à língua, «uma das grandes armas que o colonizador leva é a escrita», considera. «Esse confronto entre a escrita e a oralidade dá também, sem exotismos, essa originalidade das literaturas africanas».

A influência das línguas nacionais sente-se assim na literatura escrita em português. Quando «lemos Ungulani Ba Ka Khosa [escritor moçambicano], vemos que há ali quase uma tradução para português, não só em termos do imaginário, da cosmogonia, mas também da própria língua. O trabalho que Luandino Vieira e Mia Couto fazem em relação à língua portuguesa também tem essa plasticidade». Ou pensarmos na interrogação poética lançada por Odete Semedo, «Em que língua escrever?»

A investigadora defende aliás que há uma «herança dupla» destas literaturas, resultado da «inscrição de outras nações», que se exprimem também nos revivalismos culturais bantos. Essa herança, diz, «é escrita, que é veiculada em português e se torna instrumento de comunicação, e oralidade». Por isso, ler em voz alta as obras de Boaventura Cardoso, Manuel Rui, Odete Semedo, ou mesmo Luandino Vieira, «às vezes faz mais sentido». A reminiscência

pela língua, pela raça, pela religião, no fundo por aquilo que nós podemos dizer que nos identifica, que define a nossa identidade».

O facto de alguns de esses autores serem brancos - que sobretudo clandestinamente participaram no movimento de libertação - não lhes retira a qualidade de africanos. «Como dizem os sul-africanos: *born in Africa*. Portanto, são africanos. São africanos brancos. sintetiza a investigadora. Os protagonistas dessa literatura, refere, são assim «essencialmente brancos, mestiços e alguns negros, no início». Uma abordagem que apresenta similitudes com a que o escritor nigeriano Chinua Achebe teve no debate sobre se os autores africanos deviam escrever em inglês ou nas línguas nativas, nacionais, ao considerar que quando escrevia em inglês, a língua inglesa era africana.



Mia Couto

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Muita coisa mudou entretanto nas literaturas de língua portuguesa dos países africanos, que tiveram inicialmente «um papel importante na formação da consciência nacional e na construção da nação, e mais tarde do próprio Estado, pela cultura». E essa mudança decorre, segundo a professora da Universidade de Bolonha, da mudança do contexto, seguindo o princípio de que «os textos refletem contextos». Margarida Calafate Ribeiro sublinha

das oralidades está de alguma forma registada no tecido textual.

E depois, afirma, «há toda uma maneira de estar, (...) uma duplicidade [que] é sempre perturbadora para os cartesianos, mas que nestas literaturas e nestas expressões culturais não é, porque começa por uma coisa: a maioria das pessoas é genuinamente bilingue». «Isso é uma das coisas que se vê nas literaturas, a duplicidade da personagem, que é perfeitamente ocidental, mas que depois tem muitas outras formas de ver e de olhar e de se relacionar».

Margarida Calafate Ribeiro faz mesmo o elogio do bilinguismo africano. «A maioria dos africanos (...) são absolutamente bilingues. O bilinguismo é inerente ao africano. É muito comum [os africanos] falarem o inglês (o português, o francês) e a língua da cidade, ou a sua língua materna, de origem, dependendo de onde as pessoas são. Isto é uma riqueza muito grande, porque uma língua dá-nos outra forma de ver o mundo, é um património único que levamos para todo o lado».

que a representação de uma cidade como Luanda é hoje muito diferente da que foi dada pela literatura colonial ou até por Luandino Vieira, António Cardoso e António Jacinto. «A representação de Luanda é muito diferente, porque a população mudou imensamente com a guerra, tornou-se um lugar de refúgio para imensas pessoas. É uma cidade africana completamente sobrelotada, em que, por exemplo, essa literatura do musseque implodiu de alguma maneira». «Hoje em dia, aquilo que poderia descrever melhor a cidade de Luanda, que vai desde um Pepetela aos novos poetas, é aquela mobilidade, aquela gente toda em trânsito, um trânsito que não anda, numa coisa que não funciona, mas em que toda a gente mais ou menos se safa e, sobretudo, em que toda a gente mais ou menos encontra, apesar de tudo, um lugar. Ora isso são mudanças muito grandes».

A mudança também esteve «nos grandes projetos literários, de um Pepetela, de um Manuel Rui», que pretenderam criar, não já a nação, mas «um Estado pela cultura». Isso reflete-se na própria biografia dos autores, envolvidos em projetos culturais de cariz institucional, e na criação de uma historiografia pela literatura. A investigadora aponta o projeto do angolano Pepetela, quando este cria e revisita mitos fundacionais em *Muana Puó* [1978], fala da história da cidade de Luanda, da ocupação dos holandeses e da resistência em *A Gloriosa Família* [1997] e, depois, escreve *Yaka* [1985], grande romance desde os tempos da colonização até à independência, e *Geração da Utopia* [1992] em homenagem à Casa dos Estudantes do Império e à geração que fez a luta pela independência. «A literatura africana pós-independência (...) é uma literatura à espera da História».



Boaventura Cardoso



Ungulani Ba Kha Khossa